

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DA
GUARDA REALIZADA NO DIA 10
DE FEVEREIRO DE 2020-----**

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Carlos Alberto Chaves Monteiro, Presidente, Sérgio Fernando da Silva Costa, Maria Lucília Neves Pina Monteiro, Victor Manuel dos Santos Amaral, Cecília D'Ascensão Escaleira Cardoso Amaro, Ana Cristina Gonçalves das Neves Marques Correia e Manuel Daniel Felizes Simões Santos, Vereadores. -----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e oito minutos, tendo seguidamente colocado à votação a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Passaria aqui aos assuntos de Antes da Ordem do Dia. Dar conhecimento que, na próxima quinta-feira, dia 13 de fevereiro, o Município da Guarda promove uma nova edição das Conferências da Guarda, sob o tema «Planos de Investimento 2014/2022» que dão mote a esta primeira edição de 2020, das Conferências da Guarda. Os trabalhos decorrerão aqui nos Paços do Concelho e têm início marcado para as 14h30. A Secretária de Estado da Valorização do Interior, Isabel Ferreira, fará a sessão de abertura. Neste dia estão todos convidados para estarem presentes. -----

Um segundo tema. Portugal Lés-a-Lés tem etapa na Guarda. Está já fechado o percurso da edição deste ano, desta iniciativa promovida pela Federação de Motociclismo da Guarda. No Portugal Lés-a-Lés, que se realiza entre os dias 10 e 13 de junho, a Guarda vai receber o final da segunda etapa no dia 12 de junho. Prevê-se uma participação de mais de dois mil motociclistas na Guarda. Sabemos que, nesta data, já não há nada disponível na Guarda e arredores. É esta a forma de dinamizar a economia, atraindo eventos e pessoas para a hotelaria e restauração, para além da divulgação e promoção do território concelhio. Não fosse este evento, estes dois mil motociclistas, mais acompanhante, que pode dar o dobro de visitantes à cidade neste período, não teriam proximidade àquilo que são as nossas potencialidades. Acho que é uma boa forma de aproximar as pessoas de um território que precisa de ser explorado e valorizado desse ponto de vista turístico. E cada um daqueles que cá está e que volte por causa deste passeio, justifica, efetivamente, esta aposta. -----

Ponto três. Dar conhecimento que a Província de Ávila é o destino espanhol convidado da edição, deste ano, da Feira Ibérica de Turismo, que vai decorrer entre os dias 30 de abril e 3 de maio. Conta, nesta edição, com Cuba como país convidado. Esta parceria surge no seguimento de contactos estabelecidos com os responsáveis pela Diputación de Ávila. Assim, Ávila marcará presença na FIT 2020, com um stand que tem uma área de 110 metros quadrados, onde vai divulgar o território da província composto por quatrocentos e sessenta e nove localidades. A natureza, a cultura e a enogastronomia serão as principais apostas desta região espanhola na Feira Ibérica de Turismo, sob o slogan «Ávila te toca». -----

Os senhores Vereadores tiveram conhecimento e estivemos presentes na Sala do Futuro. Parece-nos um projeto importante para promover novas metodologias e também esta sensibilização, que já existe no ensino básico e nos jovens que o

frequentam, para as novas tecnologias. É adaptar, de facto, esta realidade de ensino àquilo que são os novos horizontes e esta modernidade que também se quer para a educação, valorizando a metodologia de ensino através deste investimento que foram as duas Salas de Futuro instaladas, uma em cada um dos Agrupamentos locais. -----

Referir que decorreram as audições da Orquestra Filarmónica Portuguesa que tem sede na Guarda, como é sabido. Um projeto também que alicerça a Candidatura à Capital Europeia da Cultura. Existiram quatrocentos participantes. Aliás, nunca foi tão procurada esta Banda Filarmónica até hoje, desde que foi criada, com o número máximo de quatrocentos participantes. Foram selecionados cento e catorze músicos nacionais. Esta seleção ocorreu em quatro cidades portuguesas - Porto, Lisboa, Guarda e Covilhã. E, já no mês de abril, são cinquenta e oito jovens que terão, na Guarda, a sua residência artística e, no verão, cerca de oitenta, que fixarão também na Guarda a sua residência para acompanhar estas aulas, esta formação, esta Orquestra Filarmónica Académica que se pretende também como estruturante, não só de atração de talento artístico e formação, mas promove também o projeto da Capital Europeia da Cultura. Este é também um elemento que faz parte e, por isso, quando fizemos esta oposta, foi exatamente para enriquecer também todo este projeto. Eram estes os assuntos Antes da Ordem do Dia. Os senhores Vereadores têm também a palavra para fazerem dela uso.” -----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Os Vereadores da Câmara Municipal da Guarda, eleitos pelo Partido Socialista, congratulam-se pelo facto de o Governo ter lançado, na semana passada, o Programa «Trabalhar no Interior». Trata-se de uma iniciativa que tem como objetivo apoiar e incentivar a mobilidade geográfica de trabalhadores para os territórios do interior. No fundo, através de um conjunto concreto e definido de

incentivos e de apoios financeiros, o Governo pretende incentivar a fixação de pessoas em territórios como o nosso, que têm vindo a sofrer, ao longo dos anos, cada vez mais, o drama do despovoamento. Um dos incentivos será a medida Emprego Interior MAIS, que disponibilizará um apoio inicial de até 4.827 euros para os trabalhadores que decidam mudar-se para o interior. Também, os estágios profissionais que se realizem no interior, beneficiarão de uma majoração de 10% na comparticipação da bolsa pelo IEFP, bem como de uma majoração em 20% do prémio-emprego (conversão do contrato de estágio em contrato sem termo). Ao nível da Formação Profissional, vão ser flexibilizadas as regras relativas ao número mínimo de alunos por curso e vão abrir quinze Centros Qualifica nos territórios do interior. O programa incluirá, ainda, incentivos às empresas para a contratação, com majorações especiais de 25% no âmbito do Contrato-Emprego. Ao mesmo tempo, haverá um reforço de medidas de emprego através do Programa +CO3SO Emprego. O Programa «Trabalhar no Interior» beneficiará, igualmente, da medida de apoio ao regresso de emigrantes, prevista no âmbito do Programa «Regressar», que passará a contemplar uma majoração de 25% para os emigrantes que regressem a Portugal e que venham trabalhar para o interior. Será, ainda, constituída uma bolsa de emprego, no âmbito deste Programa, com divulgação de ofertas de emprego para facilitar a identificação de necessidades de trabalhadores. Este é um Programa articulado entre vários setores governamentais, permitindo-nos destacar, de um modo particular, o Ministério do Trabalho da Solidariedade e Segurança Social, realçando a especial sensibilidade da senhora Ministra, Ana Mendes Godinho, e da senhora Secretária de Estado, Rita da Cunha Mendes, para os temas relacionados com o interior, tendo, naturalmente, como ponto de partida, para as suas decisões políticas, a realidade da nossa região da Guarda. Não temos dúvidas de que este Programa e todo o conjunto de medidas que o integram, constitui um

passo muito significativo para ajudar o interior de Portugal, o nosso distrito, o nosso concelho e a nossa cidade da Guarda, a contrariar as graves consequências do despovoamento. Importará, agora, também, que a Câmara Municipal da Guarda consiga acompanhar estas importantes decisões políticas do Governo, apresentando Programas e Medidas que possam majorar, ainda mais, os impactos positivos destas políticas recentemente anunciadas, nomeadamente, através da definição de uma verdadeira estratégia para a captação do investimento e para a criação de postos de trabalho no nosso concelho. Estamos certos de que não basta deitar palavras ao vento. É preciso concretizar ideias, arrear caminhos e apresentar soluções e resultados. E sobre soluções e resultados, não há muito para dizer. Senão, façamos este exercício simples. Um investidor que queira procurar no sítio da Câmara Municipal da Guarda informações sobre os benefícios que o Município tem disponíveis para apoio ao empreendedorismo e ao investimento, esbarra, à partida, com uma mão cheia de nada. Aliás, se clicar nas áreas do Município, nem sequer encontra o empreendedorismo e o investimento como setores estratégicos da Guarda. Esta área não teve direito a floco de neve colorido no símbolo da «Guarda por si». Há muito para fazer, senhor Presidente. Não basta fazer de conta que faz. É preciso fazer na realidade e com sentido de responsabilidade. A sua presidência tentou fazer de conta que deu relevo às competências da Vereação nas áreas do apoio ao investimento e ao empreendedorismo. O que tem andado a fazer o seu Executivo nestas áreas tão fundamentais para o Município? O desafio que queremos deixar é simples. Digam aos guardenses o que têm feito e apresentem resultados concretos da vossa atuação nestas matérias. Por exemplo, quantos postos de trabalho foram criados no concelho, desde que o Senhor é Presidente? E foram criados por empenho do senhor Presidente? Ou, simplesmente, são fruto das circunstâncias e o Senhor Presidente teve apenas a facilidade de lhe caírem no

colo? Promover o empreendedorismo não se resume a umas entregas esporádicas de cheques. Promover o empreendedorismo exige o desenvolvimento de uma estratégia séria e responsável. Uma estratégia que possa articular-se com programas e medidas como estes que o Governo quis apresentar para promover, com determinação, a valorização e a discriminação positiva do interior. O Governo está a fazer o seu trabalho. Concorde-se mais ou menos com aquilo que está a fazer, pelo menos dá mostra de estar a trabalhar e de estar atento aos nossos anseios e aos nossos problemas. E o Município, Senhor Presidente? Também está a trabalhar? O que tem feito efetivamente nesta matéria? O Senhor Presidente consegue apresentar-nos os programas, as medidas e os resultados? Muito obrigada. -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Eu gostaria de perguntar à senhora Vereadora o que é que tem feito pelo investimento na Guarda? Já que, o que nos leu aqui, foi o Programa do Governo. Ora bem. Se o Governo já esteve quatro anos em exercício, agora já está há alguns meses, o que é que o Governo fez se só agora apresenta um modelo de governação para o interior? E eu pergunto à senhora Vereadora. Afinal, qual é o resultado do seu trabalho e qual é o resultado do Governo? Se o Governo apresenta, em 2020, uma proposta de medidas, que ainda não sabemos o resultado dessas medidas, onde a senhora Vereadora já bate palmas e garante: aqui está a solução, a panaceia dos problemas do interior. Não acha que é um juízo precipitado, senhora Vereadora? Parece-me que é um juízo claramente precipitado, naquilo que está a retirar do texto que nos leu. E que nós, por acaso, também temos conhecimento. Quero-lhe dizer que temos conhecimento profundo sobre esse documento. Aliás, a senhora Vereadora Cecília Amaro já marcou uma reunião com a senhora Secretária de Estado, a fim de interagirmos em termos daquilo que é a política e as medidas que o Governo quer colocar. Não sei se a

senhora Vereadora já perguntou ao Governo se algum desses quinze centros é na Guarda? Já perguntou, senhora Vereadora? Que eu saiba, ainda não vi nenhuma. Para além das suas interpelações, ainda não vi, até ao momento, nenhuma apresentação pública, ou alguma participação onde já tenha reclamado que um dos centros, para fixar estas medidas, pudesse ser na Guarda. Gostava de ouvir isso. Agora, de facto, também me entristece outra coisa, senhora Vereadora. Nós, se perdermos dez minutos, e a senhora Vereadora é da Guarda e sei que vem muitas vezes à Câmara da Guarda para falar com os munícipes, mas se calhar nunca foi ali à Plataforma Logística. Porque se olhar para a Plataforma Logística... e repare, com trabalho. Ninguém aqui está a fazer coisas, ou a fazer que faz. Fazemos. Realizamos. Olhe, por acaso foi noticiado, na semana passada, que uma empresa precisava de dois lotes para aumentar para trinta e cinco mil metros o seu investimento. Sabe o que é que este Executivo fez, senhora Vereadora? É que não basta vir aqui a esta mesa e dizer claramente: não, mas caiu no colo. Caiu no colo? Mas alguma coisa caiu ao Partido Socialista, ou ao PSD, a este Executivo, no colo? Senhora Vereadora, vamos ser mais ambiciosos na argumentação. Cair no colo? O que caiu é fruto do esforço. E repare, sabe o que é que o Partido Socialista costuma fazer? É assim. Como fez antigamente, fez contratos no Parque Industrial que, a certa altura, foi objeto de especulação. Quem comprou a 5, preços controlados para fomentar a economia, depois vendeu a 10 ao empresário que nunca construiu. Sabe o que é que nós fazemos? Nós temos um Regulamento que não foi feito por nós. Aí, ainda pelo Partido Socialista, tinha vários preços para os lotes. Se calhar, era esse o caminho. O caminho era: espera aí, tu que tens olhos azuis vais para 25 euros o metro quadrado de cada lote. Ou então, para outros, que tinham os olhos que fosse mais do gosto da governação, poderíamos ter o preço do metro quadrado a 7 euros. Ora, o Partido Social Democrata não fez isso. Há seis anos teve logo a

frontalidade, a abertura e a verdade de estabelecer um preço igual para todos os empresários. Mas, recentemente, dizia eu, e é isso que a mim... em política, não vale tudo, senhora Vereadora. Em política não vale tudo. E não vale tudo porquê? Porque ainda agora nós fizemos um contacto com duas empresas, um dos quais, os lotes, já tinha sido adquirido no nosso mandado. Noutra circunstancia, era uma empresa que há mais de onze anos adquiriu o lote e não construiu. E nós, para facilitar... não sei se sabe, a última empresa que fez a escritura, a Khronodefine, nós, não só valorizámos o investimento que fez, mas também apresentámos mais dois lotes que negociámos com duas empresas na Plataforma Logística e demos condições para que alargasse o seu investimento para trinta e cinco mil metros quadrados. Mas também, se formos à Plataforma Logística, nós vemos hoje a dimensão que tem esta Plataforma, em termos daquilo que é a implantação de empresas naquele espaço. Desde logo, a Olano precisava de dez lotes para aumentar seu investimento. Nós contactámos uma das empresas que tinha adquirido dezassete, a Broliveira. Não nos entregou os lotes, nós pedimos a reversão. E nós próprios metemos uma ação judicial para aqueles lotes serem disponibilizados. Foram, desde 2015 a esta parte, mais de seiscentos postos de trabalho projetados e criados naquele espaço. Ou seja, a Coficab está, neste momento, a terminar o seu projeto onde vão ser criados, alguns já lá trabalham, mas cerca de duzentos e cinquenta. Mas outras empresas que lá estão, criaram já, nestes seiscentos, alguns postos de trabalho e que, logo que comecem a laborar, estamos a falar de mais de seiscentos postos de trabalho. Se me diz, como Presidente, em oito meses, se seu eu contribuí com isto. Contribuí muito, como Vice-Presidente. Como Presidente tenho feito, nos últimos tempos, a disponibilização desses espaços e a facilitação destes investimentos, o mais que nos é possível. Além de que, naquilo que diz respeito ao Gabinete do Empresário,

àquilo que foi um trabalho feito, já recente, não neste mandato, mas no anterior, sobre os apoios fiscais e parafiscais. E admira-me que a senhora Vereadora, sendo da Guarda... de facto, assim, não vamos motivar os empresários para vir à Guarda. Porque, verdadeiramente, se a senhora Vereadora, que passa aqui uma parte do seu tempo e não tem conhecimento daquilo que são os instrumentos de apoio ao investimento... não sei como é que está, até pode ter alguma razão numa das formas de comunicação do Município. Mas isso é uma coisa. Isso é uma coisa. Olhe, a senhora Vereadora, então, tinha vindo aqui, porque em política, repito, não vale tudo. Tinha vindo a esta mesa e dizia: olhe, eu fui ao Site Município e não está, de forma clarividente, a explicação. Eu não sei se está, se não. Mas isto é uma coisa. Agora, dizer que: quais são os instrumentos? Sabe que foi agora publicado o Regulamento de apoio à criação e incentivo dos postos de trabalho? Qualquer empresa que crie postos de trabalho, designadamente a contrato de trabalho por tempo indeterminado, de 400 euros até ao limite de 7 mil e 500 euros. Tem o apoio também ao investimento até ao limite de 5 mil euros, coisa que tem sido propalado por este Executivo, tantas vezes aqui nesta sala, como lá fora. E a senhora Vereadora pega agora nas medidas, é mediadora das medidas do Governo aqui nesta sala. E vem dizer: olhe, Aqui d'El Rei porque já temos as medidas certas para os territórios. Ainda não foram testadas, mas já é certo. E aquilo que nós temos de concreto, a senhora Vereadora, pura e simplesmente, faz tábua rasa? E pergunta-me, a mim, de forma direta e imediata: senhor Presidente, o que fez? Caiu-lhe no colo, ou já herdou? Bem, das duas, uma. O que é que herdámos, então? Vamos lá. Eu pergunto à senhora Vereadora. O que é que eu herdei? E, agora, eu vou dizer à senhora Vereadora o que é que foi feito daí para cá? Quer dizer, temos que ser corretos nesta questão. Eu sou parte de um Executivo, que agora assumi a Presidência há oito meses. Mas há seis anos que eu faço parte deste Executivo, para

o bem e para o mal. Sendo que o bem foi muito maior do que o mal. E, se compararmos com o passado, sabemos bem o mal que nos criou o passado na promoção, naquilo que é a prospeção do futuro. Fizemos muito mais bem, do que mal. Mas, nessas circunstâncias, numa ou noutra, eu sou também responsável pelo muito de bom que se fez neste mandato e no que se fez no mandato anterior. Mas ainda agora vejo aqui: iniciativas de apoio ao investimento. Se formos a municipal-guarda.pt, eu ponho uma nova experiência. Começar, e diz: iniciativas de apoio ao investimento. O que é; criar; inovar; estimular. É só clicar, uma nova experiência. Ok. Temos três janelas onde podemos ir. E de certeza que, em resumo, aquilo que eu disse, está aqui de uma forma muito mais abrangente. E a senhora Vereadora vem-me perguntar aqui, ao Executivo, o que é que já fizemos, e que não existe... qual é expressão? Uma mão cheia de nada... sinceramente, senhora Vereadora. Cada um fará e está dentro do seu campo de autonomia, fazer e exercer a política como entender, em prol da Guarda, também como é sua bandeira. Mas, sinceramente, nesta circunstância, aquilo que eu tenho que lhe transmitir é que fico triste da forma como abordou, de facto, estes temas. Porque podiam haver áreas vazias, não estou a ver quais são, mas até poderia ser o caso. Mas não é o caso. E da forma como digo, e reafirmo, vazia, sem conteúdo, sem substância que classifica tudo o que foi feito por este Executivo, naquilo que é a defesa também do empreendedorismo, porque são vetores importantes de desenvolvimento, o empreendedorismo e investimento. O exemplo claro é o que está feito na Plataforma Logística. Temos cinco lotes, neste momento, disponíveis. Todos têm um contrato promessa ou escritura pública de compra e venda. Se alguns não construíram, isso é outra questão. E chegar a uma conclusão onde, de facto, o resultado prático e evidente, que é irmos à Plataforma Logística e ver o que está feito e o que estava em 2015, ou o que estava em 2013, acho que há uma diferença

substancial no que está lá feito. E acho que essa questão não tem fundamento. Se o Partido Socialista já reclamava, há quatro anos, da mesma forma e se reclama também agora, de facto, o Partido Socialista não muda de atitude. Está muito preso ao passado. Continua a acreditar que, quanto pior dissermos, pior acontece. Felizmente não é assim. Por acaso, nós, neste Executivo, quanto pior disserem melhor nós faremos e esse resultado está bem evidente. Eu não estava também à espera de perguntas tão específicas, penso que respondi a todas. Mas com certeza que se eu fizesse uma recolha ainda mais profunda, a senhora Vereadora iria perceber que, para se colher, tem que se se semear. Nada cai do céu e nós temos trabalhado e bem para que possamos tornar, de facto, uma Guarda mais forte, que é exatamente o nome do regulamento de apoio aos empreendedores, que é uma Guarda forte. Uma Guarda forte também do ponto de vista empresarial. E, nesse sentido, continuaremos a trabalhar, reconheça o Partido Socialista, ou não. Os guardenses estão aí para avaliar, para apreciar e nos ajudarão.” -----

- **Cecília Amaro, Vereadora:** “Se me permite, mesmo os dados do Regulamento de Apoio ao Investimento que está... neste momento temos dois, mas, no que esteve em vigor, estas empresas que se candidataram a este Regulamento, muitas já estão a laborar, outras estão numa fase ainda de obra na Plataforma Logística. Mas estamos a falar de mais de 73 milhões de investimento e mais de trezentos e dezassete postos de trabalho que estão criados e que vão ser criados, depois destas empresas estarem a laborar. Assim como tiveram taxas muito elevadas de isenção de IMI, IMT e outras taxas.” -----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Fornecimento de Gás Natural para as Instalações e Equipamentos do Município da Guarda - Concurso Público - Aprovação das Formalidades do Procedimento:-----

Sobre este assunto foi presente uma informação/proposta da Divisão do Ambiente, Equipamentos e Infraestruturas, do seguinte teor: -----

Informação/Proposta

Objetivo – “Fornecimento de Gás Natural para as Instalações e Equipamentos do Município da Guarda-----

Nota Introdutória (Justificação da Despesa) -----

A entrada em vigor do Dec. Lei nº74/2012 de 26 de Março, veio determinar a obrigatoriedade de recurso ao mercado liberalizado para clientes finais com consumo superiores a 10.000 m³, assim todas as Instalações de Gás natural que se encontrem no regime regulado devem passar para o sistema liberalizado. -----

Assim, e uma vez que o Município da Guarda se enquadra nesse grupo de clientes, torna-se necessário proceder à contratualização para fornecimento de Gás Natural, destinado a diversos edifícios e equipamentos do Município da Guarda, para um período máximo de 12 (doze) meses a contar da assinatura de contrato, podendo terminar antes, caso seja atingido o valor máximo do contrato. -----

O fornecimento compreende 2 (dois) lotes, sendo admitidas propostas para ambos os lotes ou para cada um deles:-----

- Lote 1 – Consumo \leq 10.000 m³ /ano Baixa Pressão (BP) -----

- Lote 2 – Consumo $>$ 10.000 m³ /ano Baixa Pressão (BP) -----

Considerando que o Município está inscrito na Entidade de Serviços partilhados da Administração Pública (ESPAP) como entidade voluntária e esta entidade tem em vigor um acordo quadro para a aquisição de gás natural em regime de mercado livre, Acordo Quadro da ANCP nº 038/2016 AQ-GN-2016.-----

Submete-se à consideração superior a presente proposta que visa, obter autorização para a referida contratação.-----

1 — Escolha do tipo de procedimento -----

O procedimento de contratação será realizado ao abrigo do Acordo Quadro n.º038/2016 AQ-GN-2016, aplicando-se-lhe, nos termos dos artigos 23º, alínea e) do n.º1 do artigo 26º, 259º e n.º4 do artigo 115º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com as necessárias adaptações e em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos. -----

2 – Entidades a convidar-----

Será enviado convite a todos os cocontratantes do Acordo Quadro da ESPAP n.º038/2016 AQ-GN-2016.-----

Fornecimento de Gás natural, para os Lotes 1 e 2: -----

- EDP Comercial, Comercialização de Energia SA -----

- Galp Power, SA -----

- Gold Energy, SA -----

- Rolear Automatizações, SA -----

3 — Designação e constituição do júri-----

Nos termos do artigo 67.º, do CCP, propõe-se à entidade adjudicante os seguintes membros do júri: -----

Presidente: Filipa Tadeu Pires -----

1.º Vogal Efetivo: Ricardo Moreira -----

2.º Vogal Efetivo: Ricardo Amaral -----

1.º Vogal Suplente: Joaquim Godinho Fernandes -----

2.º Vogal Suplente: Teresa Augusta Anjos Fernandes -----

4 — Atos subsequentes -----

No âmbito das competências previstas no artigo 69.º, n.º1, do CCP, caberá ao júri a realização de todos os atos inerentes ao procedimento, designadamente, a apreciação das propostas e a elaboração dos relatórios de análise das propostas e relatório final. -----

De acordo com o estipulado no n.º2, do mesmo artigo, propõe-se que sejam delegadas ao júri as demais competências necessárias a boa condução do procedimento, não lhe podendo delegar a competência para a retificação das peças, a decisão sobre erros ou omissões identificados pelos interessados, a decisão de qualificação dos candidatos e a decisão de adjudicação. -----

5 – Inscrição Orçamental -----

O encargo previsto para 2020 encontra-se devidamente cabimentado nas Grandes Opções do Plano de 2020 com a classificação, 0102 020201GOP 320/2020 5043. --

6 - Entidade Competente -----

De acordo no artigo 36º e 38º do C.C.P., conjugados com alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº197/99 de 8 de junho [por permissão do artigo 14º do nº 1 da alínea f) do Decreto-Lei nº18/2008 de 29 de janeiro, diploma que aprovou o Código de Contratos Públicos], a decisão de contratar, autorizar a despesa e aprovar todos os atos inerentes ao desenvolvimento do procedimento é competência da Câmara Municipal. -----

7– Gestor de contrato-----

Em cumprimento do nº1 do artigo 290º-A do CCP propõe-se para gestor do contrato o técnico Ricardo Moreira com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica e proceder em conformidade com o proposto na mesma. -----

Ponto 2 - EBS da Sé - Trabalhos Complementares – Aprovação: -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do senhor Vice-Presidente do seguinte teor:-----

Proposta VPSC n.º386/2020

Considerando que: -----

1 - Da empreitada E.B.S. Sé, adjudicada à empresa O2S – Engenharia e Construção, Lda., cujo contrato foi visado pelo Tribunal de Contas com o n.º3188/2018 de 15/03/2019 verificou-se a necessidade de executar trabalhos complementares, de acordo com o previsto no artigo 370º, n.º1, do Código dos Contratos Públicos na atual redação, cuja espécie não consta do contrato inicial e que se tornam necessários, na sequência de circunstâncias não previstas, para a boa conclusão da obra e estritamente necessários para garantia do interesse público e segurança do edifício e bem-estar dos alunos, com um valor de 59 948,74€ ao qual acresce a taxa de IVA em vigor; -----

2 – A realização de trabalhos, (devidamente fundamentada, na informação técnica que faz parte integrante da presente proposta), resultado de circunstâncias imprevistas ascende aos 59 948,74€, a que corresponde uma percentagem relativamente ao contrato inicial de 7,78%, inferior pontanto ao máximo estipulado pelo Código dos Contratos públicos no artigo 370º, n.º 2, alínea b), que são 10%;---

3 - Os trabalhos complementares não excedem os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, devendo os mesmos ser reduzidos a escrito, nos termos do artigo 375º do Código dos Contratos Públicos. -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Sr. Presidente de Câmara que se digne remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

1 – Aprovar os trabalhos resultantes de circunstâncias não previstas no valor de 59 948,74€, ao qual acresce a taxa de IVA em vigor, a que corresponde uma percentagem relativamente ao contrato inicial de 7,78%, inferior pontanto ao máximo estipulado pelo Código dos Contratos públicos no artigo 370º, n.º2, alínea b), que são 10%.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos não previstos no montante de 59 948,74€ (cinquenta e nove mil novecentos e quarenta e oito euros e setenta e quatro cêntimos) de acordo com a proposta. -----

Ponto 3 - Virgílio Edgar Garcia Bento - Urbanização da Quinta dos Padres -

Aditamento ao Alvará de Licença de Operação de Loteamento N.º3/1989 -

Execução Coerciva das Obras de Urbanização e Acionamento de Caução: -----

Por proposta do senhor Presidente este assunto foi retirado da reunião para melhor análise. -----

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de executoriedade imediata. -----

Não havendo mais nada a tratar o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram quinze horas e trinta e quatro minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim, Diretora do Departamento de Administração e Coordenação Geral, que a subscrevi.-----